

Decisões entre junho e agosto

Brasília — Observadores que conhecem por experiência própria o temperamento e o modo de reagir do Presidente Figueiredo preocupam-se em saber até que ponto o General está sendo corretamente informado sobre o grau das dificuldades para que se leve a um desfecho satisfatório as negociações retomadas com o FMI e os banqueiros internacionais.

O Presidente deveria estar advertido, segundo os mesmos observadores, de que notícias mais graves podem se produzir entre junho e agosto de modo a exigir uma mudança de comportamento do Governo brasileiro em relação ao problema da dívida externa. Teme-se que, colhido de surpresa, ocorra o pior, ou seja, o Presidente reaja em função de um "susto" e tome decisões de tipo excessivamente emocional. Seria necessário dar ao Presidente elementos suficientes para que ele medite e se prepare para o pior, se for o caso, dispondo-se a enfrentar a situação na plenitude da sua capacidade de julgamento.

Reagindo emocionalmente, como se receia, o Presidente poderia dar por finda sua missão ou, pelo contrário, assumi-la com extremo rigor, decidindo-se a prolongá-la no tempo até que se produzam resultados social e economicamente mais aceitáveis para o país. O General Figueiredo já tem dado provas de que não deixará perturbar seu projeto político em função das dificuldades econômicas, que espera continuar a enfrentar com o crescente apoio do país. Mas a expectativa é de que, para esse efeito, ele seja induzido a promover modificações no Governo ou, pelo menos, no estilo de condução das relações da economia brasileira no que se refere ao problema da dívida externa.

Sem que esteja municiado de informações bastante nítidas, o Presidente correria o risco de repetir, em julho ou agosto, a surpresa com que, em setembro do ano passado, tomou conhecimento da extensão do problema no qual se debatia o país. O Presidente do Banco Central, Sr. Carlos Langoni, já deu indicações bastante claras de que os remédios adotados até aqui são "socialmente perversos e economicamente inviáveis". Dentro dessa linha, sugere-se a redução drástica dos incentivos ao petróleo e ao trigo, como preconizado desde o início das negociações pelo FMI, e a redução dos apêndices que tornam extremamente generosos os salários e a remuneração de funcionários e dirigentes das empresas estatais.

O corte dos subsídios é medida cujos efeitos benéficos se projetam para o futuro, pois a curto prazo agrava a situação social, pela elevação geral de preços e aumento das taxas de inflação a um ponto que tornaria crítico e imprevisível a capacidade de assimilação do quadro pela massa de consumidores. Os efeitos "perversos" não desaparecerão de imediato, embora os economistas não ofereçam alternativas a não ser a moratória que na prática já estaria se efetivando mas que, teoricamente, se teme como um ato de desespero capaz de agravar indefinidamente as relações de troca do país com grave reflexo na recessão interna.

Ainda não se admite a hipótese da substituição da equipe que gere as finanças do país. O Presidente Figueiredo continua a confiar na competência do Ministro Delfim Neto e na sua capacidade de operar a crise no seu dia-a-dia. Sabe-se no entanto que há sinais de fadiga em alguns membros da equipe, como, por exemplo, o Ministro Ernane Galvêas, que estaria no limite da sua resistência às pressões.

A sugestão corrente é que, ficando ou não a equipe que iniciou as negociações das quais não se acrescentou muita coisa à credibilidade do país, o Governo deveria recorrer a outros interlocutores no cenário internacional. O precedente clássico, invocado pelos especialistas, é o do Embaixador Walter Moreira Sales, que pelo menos em duas oportunidades foi o intermediário em negociações para solucionar graves questões de balança comercial e de balanço de pagamentos. Antigo Ministro da Fazenda, ex-embaixador em Washington, banqueiro de curso internacional seria mais uma vez, apesar de estar hoje afastado da atividade, alguém em condições de retomar em melhores bases o diálogo com a banca internacional.

Lembra-se a propósito o papel desempenhado no primeiro governo de Getúlio Vargas por Valentim Bouças, a quem cabia negociar solução para todas as dificuldades emergentes. Mas, além de Moreira Sales, há outro negociador experiente, o embaixador e Senador Roberto Campos, de bom trânsito internacional. Embora sem ter desempenhado no passado missão semelhante considera-se que o Sr Olavo Setúbal estaria em condições de experimentar um novo estilo de negociações capaz de aliviar as pressões que se operam sobre o país.

Não se sabe se essas idéias são correntes no Palácio do Planalto, ou não. São contudo sugestões que os especialistas e sobretudo os empresários examinam diante das sombrias perspectivas que encobrem a visão do futuro que medeia entre junho e agosto.

Carlos Castello Branco